A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CELULOSE NO MARANHÃO

CELMAR NA REGIÃO TOCANTINA

SEMINÁRIO
CONSULTA CARAJÁS
CARTILHA Nº 03
1 9 9 4

COORDENAÇÃO DO SEMINÁRIO CONSULTA CARAJÁS

MARANHÃO
Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos; Cáritas Brasileira - Escritório MA; Associação AgroecológicaTijupá; Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapurus; Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais

PARÁ
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parauapebas; METABASE; Central Única dos Trabalhadores Sudeste do Pará; Centro Agroambiental do Tocantins; FASE/Marabá; Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical;

SALVADOR
Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE;

SECRETARIA EXECUTIVA DO SEMINÁRIO CONSULTA CARAJÁS
Mesa Diretora: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos; FASE/Marabá

Endereço para correspondência: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - Travessa Barão do Triunfo, 2129 - Pedreira - 66087-270 Belém Pará
Fone/fax: (091) 246-0677

APOIO
BROT FUR DIE WELT; MISEREOR; GKKE

PRODUÇÃO GRÁFICA
Estação Publicidade & Marketing Ltda

IMPRESSÃO
Estação Gráfica Ltda

SUMÁRIO

CARAJÁS: DESENVOLVIMENTO OU DESTRUIÇÃO? 3

A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CELULOSE NO MARANHÃO 4

A TRANSFERÊNCIA DA INDÚSTRIA DE CELULOSE PARA O TERCEIRO MUNDO 4

Os Impactos do Eucalipto 5

O Programa Pólos Florestais 6

A CELMAR NO MARANHÃO 8

Projeto Florar 10

O DISCURSO "AMIGO DA NATUREZA" 10

Projeto "Contribuição à Sustentabilidade Ambiental e Social do Empreendimento Florestal 10

A PROPAGANDA ENGANOSA 13

Compra e Venda de Terras 14

A Promessa de Empregos 16

A CELMAR E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL 18

A Instalação da Indústria 19

CONCLUSÃO 20

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 22

Acervo ISA

CARAJÁS: DESENVOLVIMENTO OU DESTRUIÇÃO?

CEDI - P. I. B.
DATA ___/___/___
COD: M7D 00011

Esta cartilha é uma contribuição do Seminário Consulta, intitulado "Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?", evento que tem como promotores os GTA's Carajás e Babaçu, com o apoio da Pão Para o Mundo e da Misereor.

Participam do processo de preparação do seminário entidades sindicais e de apoio no Pará e no Maranhão, além da CESE, de Salvador.

Esta Cartilha foi preparada por Moisés Matias, jornalista, pesquisador-auxiliar da equipe do Maranhão, na primeira fase do projeto. Marluze Pastor Santos, da Associação Agroecológica Tijupá, fez a revisão e sugeriu algumas modificações.

O seu objetivo é demonstrar como está ocorrendo a implantação da Indústria de Celulose S.A.- CELMAR - na Região Tocantina, município de Imperatriz, apontando as interferências em curso no meio rural com a compra de terras, e as transformações que poderão ocorrer na região quando da efetiva instalação da indústria.

Trata-se, também, da devolução das informações coletadas na área para os segmentos que serão atingidos pelo empreendimento.

Um fato relevante identificado é que a CELMAR utiliza-se de propaganda enganosa, que exagera na divulgação de vantagens e melhorias impossíveis de serem efetivadas, enquanto que, ao mesmo tempo, omite à sociedade civil informações relativas ao empreendimento e que poderiam servir na prevenção de futuros problemas de ordem social e ambiental, que poderão surgir com a implantação da fábrica.

O seu objetivo é demonstrar como está ocorrendo a implantação da Indústria de Celulose S.A.- CELMAR - na Região Tocantina, município de Imperatriz.

Elevação do preço da terra; compra de lotes pequenos; compra de posses. Esses foram os pontos enfatizados nessa cartilha. Esperamos que se constitua em um instrumento de organização e de esclarecimento para as entidades de Imperatriz e Açailândia que lutam contra a implantação de mais este projeto destruidor dos recursos naturais e concentrador de renda na região.

Acervo ISA

A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CELULOSE NO MARANHÃO

CELMAR NA REGIÃO TOCANTINA

Moisés Matias

4

A TRANSFERÊNCIA DA INDÚSTRIA DE CELULOSE PARA O TERCEIRO MUNDO

A indústria de celulose é considerada pelo Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como do tipo "Química Pesada", capaz de causar graves impactos no meio ambiente onde despeja os resíduos industriais. Nos países desenvolvidos (Estados Unidos e Comunidade Européia), ela sofre uma pressão implacável da sociedade civil organizada, que nas últimas décadas conquistou uma rígida legislação de prevenção e controle das atividades industriais. Os métodos de luta tornaram-se, também, mais diretos, passando da ocupação das fábricas às campanhas de boicote a produtos das indústrias poluidoras.

As empresas poluidoras, assim, são obrigadas a investir cerca de 20 por cento dos custos totais em equipamentos controladores da poluição, na proteção ao meio ambiente. "Na Alemanha, estes altos custos são razão para fechamento de fábricas de celulose e também para que durante 30 anos não surjam mais novas fábricas", conforme nota de apresentação do livro Eucalipto: Uma Contradição (CEPEDES, 1992:15).

A indústria de celulose precisa de grande quantidade de madeira. A mais usada é a espécie eucalipto que causa diversos problemas ao meio ambiente.

Outros fatores, como os custos elevados da mão-de-obra, a escassez de áreas para o cultivo do eucalipto, tudo isso influenciou no redirecionamento dessa indústria de celulose para países periféricos. No Brasil, onde o custo para a produção de madeira para a celulose é o mais

Acervo ISA

reduzido do mundo, essa indústria dispõe de uma série de vantagens que causam problemas sociais e ambientais.

EXEMPLOS

1. **O controle ambiental é bastante precário, apesar da existência de leis rigorosas;**
2. **As indústrias de celulose no Brasil não investem 1/4 dos recursos exigidos nos países industrializados na proteção ao meio ambiente;**
3. **Os salários no Brasil são baixos, comparados com os norte-americanos e europeus;**
4. **Os impostos são subsidiados ou mesmo isentos;**
5. **Há subsídios para a energia e a exportação;**
6. **As condições para o cultivo do eucalipto são extremamente favoráveis;**
7. **O Brasil tem o menor custo de produção de celulose do mundo.**

Essa transferência, portanto, possibilita maior lucro para as indústrias. Mas nos países periféricos, como o Brasil, apenas a produção primária, isto é, a transformação da madeira em pasta de celulose, é realizada. O processo industrial sofisticado, que é a produção do papel, continua sendo realizado, em sua maioria, nos países centrais.

OS IMPACTOS DO EUCALIPTO

A indústria de celulose precisa de grande quantidade de madeira, que pode ser extraída de diversas espécies vegetais. A mais usada é a espécie eucalipto que, uma vez cultivada fora do seu local de origem, a Austrália, em grandes plantações formando maciços florestais, causa diversos problemas ao meio ambiente, prejudicando a fertilidade do solo e a produção de alimentos. Os principais problemas, detectados por estudiosos, são os seguintes:

a. O eucalipto, devido ao crescimento rápido, de 6 a 7 anos no Brasil, retira do solo grande quantidade de nutrientes e água;

b. Algumas espécies desenvolvem raízes profundas que alcançam o lençol subterrâneo e provocam o seu rebaixamento. Em conseqüência, secam as fontes e nascentes;

c. Possui em sua composição substâncias tóxicas que esterilizam o solo, inibem o crescimento de outras plantas e afugentam espécies animais. Por conta disso, a plantação de eucaliptos é chamada também de deserto verde.

Para a pesquisadora do Museu Emílio Goeldi, Elizabeth Van De Berg, o eucalipto jamais poderia ser cultivado na região amazônica:

"A tendência do solo da Amazônia é extremamente arenosa, com capacidade muito fraca

Acervo ISA

para reter a água; e o eucalipto é conhecido como secador de pântanos, de brejos. Ele suga muito a água e joga para o ar. A longo prazo ele mexe até com o clima e com as propriedades do solo. Um outro problema é que ele tem uma série de produtos aromáticos, produtos químicos que inviabilizam a germinação de outras plantas e dos microorganismos do solo. Também quando as folhas caem formam uma cobertura morta que evita o crescimento de qualquer outra planta. Então, a longo prazo, a introdução do plantio do eucalipto causará a desertificação, uma quebra completa na cadeia alimentar" (entrevista em 16.09.93).

O PROGRAMA PÓLOS FLORESTAIS

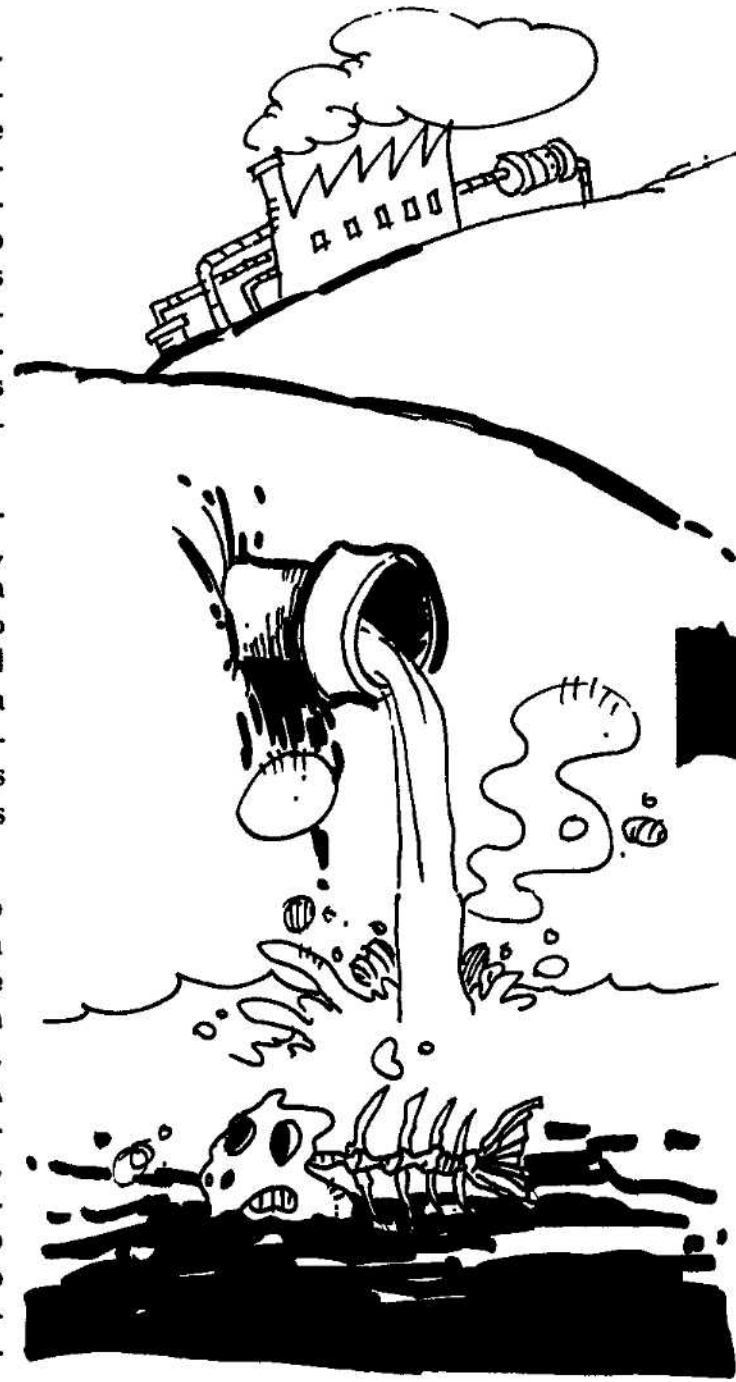
O governo brasileiro lançou em 14.07.1990, na Serra dos Carajás, o "Programa Pólos Florestais para a Amazônia Oriental: a Reversão do Processo de Degradação Ambiental", que foi concebido e será executado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa que há tempos planeja a implantação de uma vasta floresta de eucalipto destinada à produção de celulose na região de influência da Estrada de Ferro Carajás, chegando a propor o cultivo de "um milhão de hectares a serem localizados nos 150 quilômetros da ferrovia entre as cidades de Santa Inês e Marabá", de acordo com documentos da CVRD, citados por Marcelo Carneiro (Carneiro, 1992:16). O plano prevê a implantação de no mínimo dez fábricas com capacidade para produzir 420 mil toneladas/ano (cada uma) de celulose (Id. ibid).

Acervo ISA

Elaborado às vésperas da Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, esse programa constitui-se numa resposta do governo brasileiro às pressões internacionais contra a destruição da floresta amazônica. Tem como argumento básico o reflorestamento das áreas degradadas através da conciliação do desenvolvimento com a preservação dos recursos naturais. Em outras palavras, visa a promover a formação de maciços florestais destinados à industrialização da madeira para a celulose.

Para viabilizar a captação de recursos internacionais a fundo perdido para o programa, setores empresariais, enrustidos no discurso da defesa da natureza, constituíram a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). Os recursos a serem adquiridos por essa fundação seriam destinados a projetos preparados para ludibriar a opinião pública e ofuscar os problemas ambientais causados por grandes projetos na região da Amazônia Oriental.

As empresas aliadas à CVRD e inseridas no Programa Pólos Florestais, como é o caso da CELMAR, ludibriam a comunidade nacional e internacional, já que estão implantando uma estratégia de mercado voltada para a produção, transporte e comercialização da celulose. A recuperação da floresta amazônica termina sendo apenas o disfarce das empresas poluidoras, dos empresários preocupados com a acumulação de capital numa situação em que a questão ambiental ganha destaque no mundo, e não com a criação de alternativas capazes de reverter o processo em curso de destruição das florestas tropicais.



Acervo ISA

CELMAR NO MARANHÃO

O primeiro empreendimento do Programa Pólos Florestais, o projeto Indústria de Celulose S.A. (CELMAR), encontra-se em fase de implantação na Região Tocantina, município de Imperatriz. Trata-se de um megaconsórcio formado pelo grupo Risipar (Associação da Votorantim com a Ripasa), com 55% do capital; Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com 30%; e a empresa japonesa Nissho Iwai Corporation, com 15%.

A história da CELMAR começou em 24 de março de 1992, no Rio de Janeiro, quando foi registrada com um capital simbólico de CR$ 1 milhão, o equivalente hoje a US$ 2,500. Mas os acionistas trabalham com a perspectiva de criação de um grande empreendimento de papel e celulose, a ser efetivado no século XXI.

Na seqüência citaremos os dados que mostram a complexidade do empreendimento e o volume de capital que será investido na região, tendo por base os dados fornecidos pela CVRD em fevereiro de 1991 e pela CELMAR em janeiro de 1993.

INFORMANTES	ÁREA	INVESTIMENTO * (milhões US$)	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO (ano)	EMPREGOS
CELMAR	área de plantio 80 mil hectares infra-estrutura 10 mil hectares área ambiental 90 mil hectares **total** **180 mil hectares**	florestas 190 Indústria 774 encargos 109 **total** **1073**	420 mil toneladas	**DIRETOS** 2.150 (indústria, administração e florestamento) **INDIRETOS** 7.500 (implantação da indústria e no florestamento)
CVRD	250 mil hectares	terras 45 reflorestamento 166 unidade industrial 867 capital de giro 13 **total** **1.100 (bi)**	420 mil toneladas	

* a ser realizado entre 1992 e 1999

Acervo ISA

Tomando por base os números mais recentes (CELMAR, 01.1993), 60% de US$ 1.073 bilhão será captado em instituições financeiras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Mundial e empresas japonesas. Os sócios prometem investir 40% do capital necessário.

A construção da indústria está prevista para 1996, com a conclusão em 1999. No primeiro ano de operação, a CELMAR espera atingir de 70 a 80% da capacidade instalada, alcançando a produção plena entre o segundo e o terceiro ano de operação.

A produção estimada é de 420 mil toneladas anuais de celulose. Desse total, 80 por cento será destinado ao mercado externo, e o restante para o interno. Para se ter uma idéia do que significa esse número, a indústria Aracruz Celulose, do Espírito Santo, é a maior produtora individual de celulose do mundo, com um milhão de toneladas ao ano. A produção foi dobrada com uma recente ampliação da fábrica. A CELMAR, portanto, com a produção inicial projetada, instala-se como indústria de grande porte.

A semente de eucalipto na Região Tocantina, na verdade, começou a ser plantada no início dos anos 80, nos cultivos realizados na fazenda experimental da CVRD, de Açailândia. A CELMAR encomendou, também, a empresas especializadas em consultorias, estudo de macroavaliação ambiental, que é um levantamento de dados sobre a realidade social, ambiental e econômica da área, e um estudo de viabilidade econômica da indústria de celulose na região.

Acervo ISA

Esses trabalhos não estão disponíveis para consulta. A empresa se recusa a fornecê-los, mesmo em parte, a pesquisadores ou a representantes de entidades. A CELMAR, dessa forma, permanece como uma incógnita para a sociedade civil.

PROJETO FLORAR

Outro empreendimento incluído no Programa Pólos Florestais, ainda na forma de projeto à espera de financiamento, é o Florar. Seus dados são: (CVRD, fev/1991:5):

Localização: próximo à Estrada de Ferro Carajás.

Início da operação: 1999

Empresas consorciadas:

Aracruz Celulose	(40%)
Companhia Vale do Rio Doce	(20%)
Empresas Escandinavas	(40%)

Produto: Celulose de fibra curta branqueada de eucalipto

Capacidade de produção: 500 mil toneladas/ano

Destino da produção: 20% mercado interno
80% mercado externo

Área do projeto: 250 mil hectares

Previsão de investimento:	US$ milhões
- Terras	50
- Reflorestamento	181
- Unidade industrial	945
- Capital de giro	14
- Total	1.190
Geração de empregos:	diretos
florestal	3.000
industrial	800

O DISCURSO "AMIGO DA NATUREZA"

A CELMAR tem se apresentado à opinião pública como um empreendimento "amigo da natureza". Tem procurado legitimar esse discurso oportunista associando-se aos ideais da Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, evento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de se encontrar um modelo de desenvolvimento capaz de conter a destruição do ambiente terrestre, ao mesmo tempo que possibilite uma melhor distribuição da renda e a eliminação da pobreza.

A CELMAR, entretanto, é uma representante legítima do modelo de desenvolvimento destruidor, uma vez que: 1 - é concentradora de renda; 2 - tem forma centralizada de poder, através da aliança de grandes grupos para abastecer o mercado internacional de celulose; 3 - sua instalação intensificará o processo de expulsão dos pequenos produtores de alimentos da região; 4 - coloca-se como entrave à construção de alternativas democráticas ao modelo de desenvolvimento em curso.

PROJETO "CONTRIBUIÇÃO À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL DO EMPREENDIMENTO FLORESTAL"

Este é o projeto da área ambiental que a CELMAR pretende criar. É com ele que a empresa se defende das críticas dos grupos organiza-

Acervo ISA

dos; é em cima dele que os executivos deslancham o discurso "amigo da natureza".

No projeto "Sustentabilidade" estão considerados 5 sub-projetos de longo prazo que, no decurso de 35 anos, irão requerer investimentos da ordem de US$ 54,2 milhões, discriminados conforme demonstra a tabela a seguir (CELMAR, 1993:10):

RESUMO DO PROJETO

SUB-PROJETO	ÁREA ABRANGIDA (ha)	DURAÇÃO (anos)	RECURSOS NECESSÁRIOS * (1000 US$)
1. Conservação da Biodiversidade	70.000(a)	35	28.184.5
2. Silvicultura Social	27.100	-	12.595,5
2.1 Fomento Florestal	9.000(b)	13	5.737.1
2.2 Produtor Agroflorestal	9.600(c)	12	1.434.4
2.3 Melhoria do Extrativismo	1.000(a)	13	536.7
2.4 Melhoramento e Manejo do Babaçu	7.500(a)	15	4.887.3
3. Manejo Sustentável de Florestas Naturais	11.500	-	8.214.3
3.1 Regeneração Natural	10.000(a)	29	5.801.9
3.2 Regeneração Artificial	1.500(a)	31	2.412.4
4. Educação Ambiental e Lazer	-	35	2.860.0
5. Preservação e Manejo da Fauna	6.700(d)	35	2.385.2
			54.239.5

(a) *Área compreendida dentro dos 90.000ha ambientais da CELMAR*
(b) *Área de Terceiros*
(c) *Área compreendida dentro dos 80.000ha de florestamento com eucaliptos da CELMAR*
(d) *Área compreendida dentro dos 180.000ha de área total da CELMAR*

* Registre-se, por oportuno, que tais valores estão expressos em dólares com base no mês de outubro de 1992.

O Código Florestal Brasileiro diz que todo projeto agroflorestal deve deixar, sempre, 50 por cento da área explorada em regime de reserva permanente, em se tratando da região amazônica (artigo 2º). O que a CELMAR pretende fazer nessa área ambiental, nada mais é que a sua obrigação.

Esse projeto é apresentado como "programa suplementar" e como "uma proposta idealizada pela CELMAR para ser debatida, aprimorada e executada junto com a comunidade do Estado do Maranhão...", mas nenhuma entidade da sociedade civil recebeu convite para discutir o tal projeto. No IBAMA, na SEMATUR, órgãos que cuidam da questão ambiental no Estado, informaram não ter conhecimento oficial do projeto "Sustentabilidade".

Até o momento este é o único projeto que já foi apresentado à sociedade, pelo discurso, mas logo na apresentação a CELMAR se descompromete com sua execução, caso não consiga "dinheiro a fundo perdido". Isso demonstra o quanto a preocupação ambiental é secundária dentro dos planos da empresa.

O projeto "Sustentabilidade" pretende introduzir no Maranhão a figura do produtor florestal, através do incentivo à produção de eucalipto nas propriedades rurais para o abastecimento da indústria de celulose. Os efeitos dessa medida são os mais graves possíveis. Ela beneficiará os grandes proprietários, uma vez que a concentração das terras já é uma realidade na região; dificilmente os pequenos proprietários sobreviverão à pressão dos especuladores.

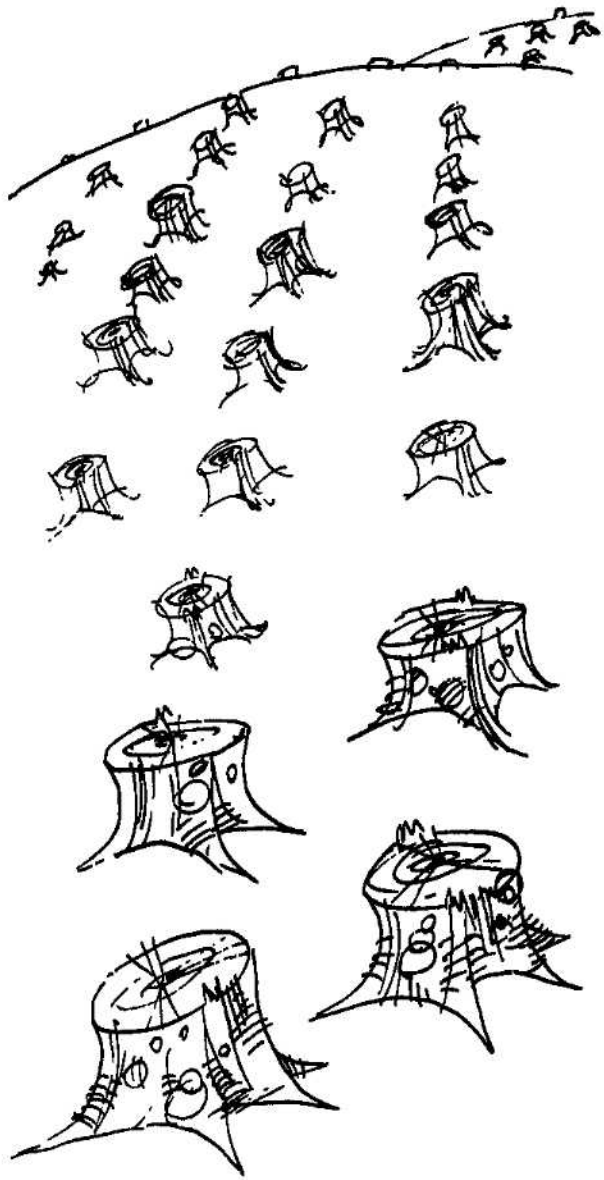
Sem um plano de reforma agrária que incentive a produção agrícola, os agricultores serão atraídos pelas vantagens imediatas e aparentes da produção de eucalipto e poderão largar o cultivo dos produtos alimentícios. É o que ocorre, por exemplo, no Espírito Santo, estado com

Acervo ISA

grande tradição agrícola e onde a indústria Aracruz Celulose criou o projeto Fomento Florestal. Naquele estado, os eucaliptos já ocupam 160 mil hectares de terras férteis, de maior potencial agrícola, com tendência de chegarem a 1 (um) milhão de hectares das terras férteis em um prazo de 40 anos.

A introdução do produtor florestal na Região Tocantina poderá significar um golpe mortal na já combalida pequena agricultura, aumentando ainda mais a fome e a miséria. Só no município de Imperatriz, antes do aparecimento do produtor florestal e de acordo com o IBGE, existem 26.014 famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, em situação de indigência.

Além desses resultados perversos, a exploração florestal enfraquece o solo, que passa a ter as propriedades recuperadas com o uso de adubos químicos. O equilíbrio ambiental também se rompe: sem a diversidade das espécies, as doenças passam a surgir na plantação de eucaliptos, bem como aparecem pragas de formigas. Tanto as doenças como as formigas são combatidas com venenos potentes, que acabam escorregando para o solo, contaminando os rios e águas subterrâneas e, uma vez no organismo humano, causam diversas doenças, inclusive o câncer.



A PROPAGANDA ENGANOSA

Como sempre ocorre na implantação de grandes projetos, a propaganda dos benefícios

Acervo ISA

do "progresso", chega primeiro ao local da instalação. Enquanto os industriais fecham acordos com os governantes, negociam financiamentos e outras vantagens, notícias de melhorias impossíveis de serem realizadas circulam pela região, criando expectativas e plantando ilusões.

O caso da CELMAR não está sendo diferente. Notícias incompletas sobre melhorias urbanas e sociais, divulgadas em pequenas notas nos veículos de comunicação, circulam na Região Tocantina e influenciam os moradores que, antes de qualquer sinal da indústria, estão vendendo suas terras, montando ou planejando pequenos negócios ou então sonhando com um bom emprego. Vamos nos deter em dois tópicos que mais têm repercutido na região: o mercado de terras e a promessa do emprego.

COMPRA E VENDA DE TERRAS

A CELMAR pretende comprar 180 mil hectares para a plantação de eucalipto e a construção da fábrica. Esse fato tem causado uma grande movimentação no sensível mercado de terras da Região Tocantina. A área de interesse da empresa vai do município de Estreito, estende-se até Itinga, no Pará, e acompanha o Rio Tocantins até São Pedro da Água Branca.

Nessa grande área, o processo de compra e venda já sofreu uma impulsão, com especuladores comprando as propriedades por preço baixo, pensando em revendê-las para a CELMAR.

Muitos estão caindo no conto do dinheiro vivo. Como disse um pequeno proprietário dessa região, "quem tem uma terrinha não tem outro jeito; na hora que chega uma oferta em dinheiro, a pessoa vende por que não tem assistência de nenhum nível". Entretanto, os que possuem grandes áreas improdutivas normalmente podem esperar a evolução da situação e conseguem melhor preço.

Todavia, é difícil saber quanta terra a CELMAR já tem na região. De acordo com o jornal Gazeta Mercantil (22.12.1992), seriam 10 mil hectares. O diretor Edson Baloni, por sua vez, em entrevista realizada no escritório da CELMAR em Imperatriz (março, 1993), disse que naquele momento a CELMAR tinha comprado 8.700 hectares. Mas em palestra realizada em Açailândia, para cerca de 2 mil pessoas, em 15 de setembro de 1993, Edson Baloni apresentou um terceiro número: "Nós temos sete mil hectares de terras na região".

Mas os documentos de compra e venda que conseguimos indicam a existência de três grandes áreas: 1 - Fazenda Três Poderes (Rodovia 010, Km 1406, 13Km na estrada do 30 - Açailândia); 2 - Fazenda Reunida Boa Esperança (situada às margens da Rondon do Pará, ligando à BR 010 (Açailândia); 3 - Fazenda Chapada Grande Varjão dos Crentes - João Lisboa. E tem ainda a fazenda experimental próxima ao povoado Ribeirãozinho, em Imperatriz.

A seguir, fizemos uma lista com os nomes das três áreas e seus respectivos lotes comprados; e os números dos lotes e das glebas; o tamanho, a data do registro em cartório e o valor pago por cada.

Acervo ISA

FAZENDA CHAPADA GRANDE - ROD. 010, KM 1404, ENTRANDO 15KM

PROPRIEDADE	TAMANHO(ha)	DATA REG.	VALOR (CR$)
F. São Francisco (lote 356/gleba 13)	80.6970	19.02.93	112.975.800
F. São Francisco (lote 296/gleba 13)	48.9065	17.02.93	68.469.100
F. Dois Irmãos (lote 02/gleba13)	46.7515	19.02.93	65.452.100
F. Reunidas B.E. (lote 356/gleba 13)	117.9751	19.02.93	165.165.140
F. São Raimundo (lote 356/gleba 14)	171.5075	19.02.93	140.110.500
F. Gomes (lote 352/gleba 14)	88.1159	19.02.93	123.362.260
F. São Raimundo (lote 349/gleba14)	93.1384	19.02.93	130.393.760
F. Santo Antonio (lote 355/gleba 14)	172.1620	19.02.93	241.026.800
F. Boa Esperança (lote 356/gleba 14)	126.5226	19.02.93	177.131.500
F. Dallas (lote 356/1/gleba 14)	86.5292	19.02.93	121.140.880
F. Bom Jesus (lote 3/gleba 14)	96.3009	19.02.93	134.821.260
F. Santa Fé (lote 339/gleba 14)	37.1731	19.02.93	53.042.340
F. Santo Antonio (lote 317/gleba 14)	96.3246	19.02.93	134.854.580
F. São João (lote 350/gleba 14)	69.2712	19.02.93	96.979.680
F. Santa Rita (lote 473)	200.8679	19.02.93	281.215.060
F. Reunidas B. E (posse) (lote 1/gleba 14)	504.5766	19.02.93	523.087.409
F. São Pedro (posse) (lote 356/gleba 14)	10.9290	19.02.93	11.330.002

FAZENDA TRÊS PODERES - BR 010, KM 1406, 13 KM ESTRADA DO SOL

F. Três Poderes (lote 297/gleba14)	580.8000	17.02.93	956.263.837

FAZENDA CHAPADA GRANDE - UMA GLEBA DE TERRA EM JOÃO LISBOA

F. Chapada Grande	1.320.000	965.063.484

Acervo ISA

O montante da área comprada, de acordo com esta listagem, é de 2.148.7489 hectares. A maior área comprada foi de 580.0000ha, e a menor corresponde a 10.9290ha. A empresa está comprando áreas interligadas, formando grandes latifúndios em locais distintos.

A listagem serve também para desmascarar dois argumentos bastante utilizados pela CELMAR: o de que não "comprará terra de conflito, mas apenas propriedades regulamentadas, e a lista mostra que ela comprou, pelo menos, duas posses, e a outra inverdade que diz que "nós não vamos comprar de pequeno produtor". De acordo com esses documentos, devidamente registrados em cartório, foram compradas pela CELMAR propriedades de até 10 hectares.

Com a chegada da CELMAR o valor da terra tem subido. O preço inicialmente previsto pela empresa ficava entre 50 e 60 dólares o hectare. No distrito de São João do Andirobal, município de Imperatriz, onde vem se dando a compra de propriedades, corretores que intermediam a compra para a CELMAR forneceram a seguinte tabela, em junho de 1993:

1. terra plana em mais de 50 por cento - US$ 75 o ha;
2. terra plana em mais de 70 por cento - US$ 88 o ha;
3. terra plana em mais de 80 por cento - US$ 100 o ha.

Só que no início de 1993 a CELMAR comprou de um empresário a fazenda Bom Jesus, de 250 hectares, área devastada - como prefere a empresa -, e pagou US$ 125 dólares por hectare, que é quase o dobro do valor previsto no início do ano. Portanto, para evitar a elevação ainda maior do preço da terra, entre outras razões, a CELMAR vem atuando em silêncio. Isso vem criando transtornos para os pequenos proprietários, os quais desconhecem o valor da terra no mercado e, sob pressão dos especuladores, estão vendendo os lotes por valores defasados.

A PROMESSA DE EMPREGOS

Há vários números tratando dos empregos a serem criados pela CELMAR na região:

Empregos Diretos		
CVRD,	2.700	na área florestal
Fev/1991	800	no setor industrial
	3.500	total
CELMAR,	1.200	na área florestal
Jan/1993	725	no setor industrial
	225	na administração
	2.150	total

Em nossa análise, vamos considerar como válidos os números da CELMAR. Para entendê-los, no entanto, vamos distinguir dois momentos.

1. **Fase da Construção da Indústria** - Os empre-

Acervo ISA

gos provisórios a serem gerados nesta fase traduzem também a situação de aglomeração urbana nas proximidades da obra. Famílias de diversos locais serão atraídas pela promessa de trabalho. Após a construção, os desempregados permanecerão na região, aumentando a criminalidade, a marginalização e a miséria.

2. **Fase definitiva** - a dos empregos permanentes.

Como sabemos a área total pretendida e a quantidade de empregos que deverão ser criados, verificamos que a CELMAR criará:

- 1 (um) emprego fixo para cada 83,7 hectares;

Calculando apenas os empregos a serem criados na área florestal, constatamos que a CELMAR criará:

- 1 (um) emprego fixo para cada 75 hectares.

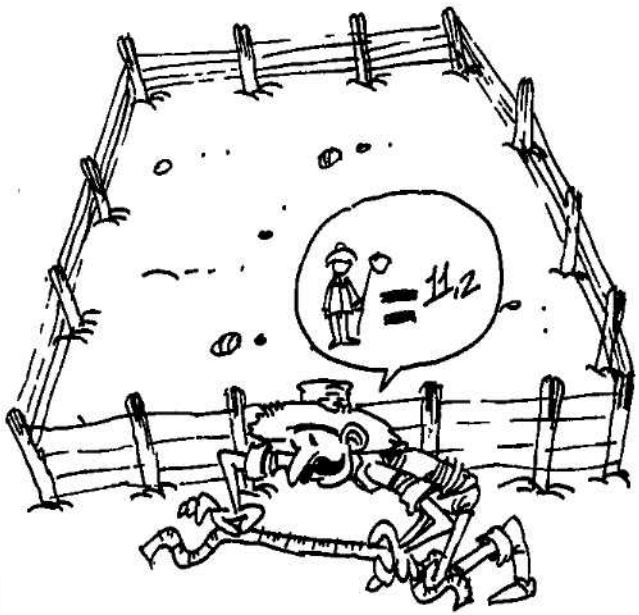
Outras atividades agrícolas criam bem mais empregos fixos por hectare ocupado. Exemplos:

No livro **Eucalipto: Uma contradição** há um exercício de comparação do empreendimento da celulose na região da Bahia, que emprega recursos da ordem de US$ 1,2 bilhão. Essa comparação, hipotética, teria a seguinte conformação (CEPEDES, 1992:64-65):

	INVESTIMENTO (US$	ÁREA OCUPADA (ha)	ÁREA PRODUTIVA (ha)	EMPREGOS CRIADOS	PRODUÇÃO POR ANO	VALOR PRODUÇÃO ANUAL (US$)	INVESTIMENTO POR EMPREGO CRIADO (US$)
Projeto Celulose	1,25 bi	113 mil	70 mil	5.500	230 mil toneladas de papel	509.000.000	229.910
Projeto Agrícola Alternativo	1.25 bi	1 milhão	700 mil	150 mil	. 873.600 mil toneladas leite . 7.920.000 Kg carne . 3,75 toneladas mamão . 150.000.000 Kg feijão . 500.000 toneldas abóbora . 500.000 toneladas melancia . 1.000.000 tonelada legumes . 750.000 toneladas mandioca . 150 mil toneladas milho	1.161.740.00	8.333

* Este quadro foi refeito e reproduzido com os dados mais expressivos.

Acervo ISA



Esse exercício comparativo mostra bem qual o investimento que traz mais retorno social e econômico para a população, distribuindo a renda e melhorando o nível de vida de um número dezenas de vezes maior de pessoas, do que o investimento de celulose.

Agora um exemplo nosso. No Censo Agropecuário do Maranhão, de 1985, o pessoal ocupado no campo, de forma permanente, no município de Imperatriz, era no total 35.030 pessoas. Como a área do município corresponde a 393.048 hectares, dividindo a área total pelo número de pessoas ocupadas no campo teremos 1 (um) trabalhador para cada 11,2 hectares. E essa distribuição da mão-de-obra camponesa ocorre sem que exista qualquer tipo de reforma agrária na região.

Ora, a CELMAR pretende criar, nos 180 mil hectares, 1 (um) emprego fixo para cada 83,7 hectares. Na hipótese da área florestal, pretende criar 1 (um) emprego fixo para cada 75 hectares. Ou seja: à época da implantação, a CELMAR já terá ocasionado um significativo êxodo rural na região.

A partir desses exemplos, verificamos que a cultura de eucalipto e a produção de celulose têm, juntas, um índice baixíssimo na ocupação da mão-de-obra e criação de empregos fixos. Além disso, uma vez que "o processo a ser adotado pela CELMAR para a produção de celulose será o mais moderno do mundo, pois terá sua engenharia redefinida à época do início do processo em virtude da evolução tecnológica que vem ocorrendo neste tipo de indústria (CELMAR, Abril/1992), e que a indústria de celulose moderna experimenta máquinas que derrubam uma árvore em menos de 2 minutos, enquanto um bom motosserrista precisa de um dia para 40 árvores (Koopeans, 1993:13), a CELMAR, em nome da rentabilidade, certamente utilizará essas máquinas, substituindo a mão-de-obra e reduzindo ainda mais a quantidade de empregos que promete oferecer.

A CELMAR E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Por se tratar de um empreendimento de grande porte, baseado na monocultura e na química pesada, dois sérios complicadores do meio ambiente em qualquer parte do mundo, o projeto CELMAR deve obedecer às normas estabelecidas na Legislação Ambiental Brasileira.

Acervo ISA

A resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001, de 23 de janeiro de 1986, estabelece o seguinte no artigo 2º:

"Dependerá da elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente", tais como "complexos e unidades industriais e agroindustriais".

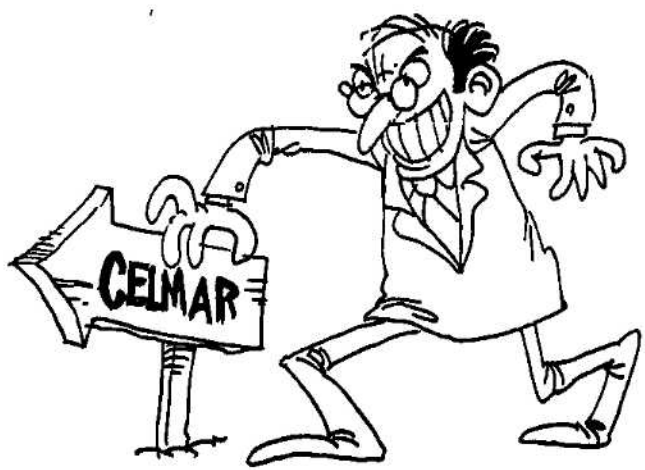
Todavia, diante da pergunta sobre o EIA-RIMA, o executivo da CELMAR costuma responder da seguinte forma: "O EIA-RIMA não foi providenciado porque não sabemos ainda onde a fábrica será instalada" (Baloni, mar/1993). Sem o local definido, não há como fazer o EIA-RIMA - é essa a lógica da empresa. Ocorre que a indústria está se implantando na região. Com o EIA-RIMA a sociedade poderia manter-se informada sobre o empreendimento, acompanhar a sua implantação e até solicitar audiência pública para debater o projeto.

A INSTALAÇÃO DA INDÚSTRIA

Pelas informações até agora disponíveis, percebe-se que a CELMAR procura despistar, desviar a atenção do local de instalação da planta industrial. Edson Baloni informou em março/1993 que dois lugares estavam em estudo. O diretor-presidente da empresa, Jorge Marques Leandro, disse à revista Celulose e Papel (jul/1993) que a sede estava sendo escolhida entre mais de uma dezena de locais entre o Rio Tocantins e a Estrada de Ferro Carajás.

Um técnico governamental que teve contato com os consultores que elaboraram o estudo de previabilidade da CELMAR, informou-nos que três locais foram considerados ideais à implantação: Cidelândia (às margens do Tocantins); Açailândia (às margens de um rio); e Rosário (às margens do Itapecuru). Este último teria sido considerado como a melhor opção devido à infra-estrutura existente.

Depois dessas especulações, cabe aqui algumas observações. A CELMAR já tem dois anos na Região Tocantina; a Companhia Vale do Rio Doce estuda o assunto há 12 anos; a compra de terras e a plantação de eucalipto segue ocupando novas áreas. Será que eles ainda não sabem onde vão implantar a indústria? Ou será que estão ocultando a informação para prorrogar ao máximo a elaboração do EIA-RIMA, deixar a implantação se tornar irreversível e, assim, neutralizar as pressões da sociedade civil organizada a nível local, nacional e internacional?



Acervo ISA

CONCLUSÃO

A forma como está ocorrendo a implantação da CELMAR, sem a elaboração e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA-RIMA), poderá resultar em um grande enclave para o desenvolvimento social e ambiental saudável da região.

Mesmo com o cronograma em atraso, a infra-estrutura existente na região - transporte ferroviário, energia e a água do Rio Tocantins - indica que a qualquer momento o empreendimento pode deslanchar.

Tudo ocorre na surdina. Os projetos transitam pelas instituições financiadoras como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); bancos japoneses (Eximbank e Overseas Economic Cooperation Fund); e Banco Mundial. Caso sejam financiados, em pouco tempo a região poderá sofrer uma sacudida violenta. E como ocorre em casos similares, os reflexos nefastos recairão nos segmentos excluídos do processo.

A Companhia Vale do Rio Doce, acionista da CELMAR, tem pronto um plano de celulose para a região devastada às margens da Estrada de Ferro Carajás. Planeja implantar 1 (um) milhão de nectares de florestas em um prazo de 10 anos; grande parte a ser destinada ao abastecimento de fábricas de celulose. E, conforme afirmou o segundo homem da transnacional japonesa Nissho Iwai Corporation, também acionista da CELMAR, ao jornal Gazeta Mercantil de 25.03.1993, "este é um empreendimento para o século XXI (Gazeta Mercantil:28).

No plano regional, além da inevitável concentração fundiária e a intensificação do êxodo

A sociedade civil do Maranhão, portanto, precisa se organizar para acompanhar, passo a passo, a implantação da CELMAR, exigindo o cumprimento da legislação e a imediata elaboração do EIA-RIMA.

Acervo ISA

rural, poderá ocorrer uma redução na mão-de-obra ocupada, devido ao baixo número de emprego a ser criado, por hectare, pela CELMAR, e a diminuição da produção de alimentos, uma vez que a empresa pretende introduzir na área a figura do Produtor Florestal - pequeno proprietário que em vez de alimentos plantará eucalipto para a indústria transformar em celulose e enviar ao exterior.

Para o município de Imperatriz, que já tem 26.014 famílias vivendo em situação de indigência, com renda familiar correspondente, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos (IBGE), tal empreendimento causará a elevação do custo de vida e, conseqüentemente, a ampliação da miséria.

A sociedade civil do Maranhão, portanto, precisa se organizar para acompanhar, passo a passo, a implantação da CELMAR, exigindo o cumprimento da legislação e a imediata elaboração do EIA-RIMA.

Há exemplos a demonstrar que, quando a sociedade civil se manifesta nos fóruns competentes, é possível conquistar mudanças significativas em projetos como o da CELMAR e, em alguns casos, até inviabilizá-los. Paralelo ao combate à implantação da indústria de celulose na região, todavia, é preciso construir uma alternativa econômica para a região, de forma a contrapor-se ao discurso do progresso da CELMAR. É necessária a intensificação das cobranças ao poder público por um desenvolvimento diferenciado, efetivamente capaz de erradicar a miséria, elevar o nível de vida e a renda da população, sem comprometer a qualidade do meio ambiente.

Acervo ISA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Luís Marcelo. Programa Grande Carajás e dinâmica política na área de influência da Estrada de Ferro Carajás - o caso Açailândia. Revista Desenvolvimento e Cidadania, São Luís/MA, dezembro, 1991. p.14-21.

CELMAR S.A. Contribuição à Sustentabilidade Ambiental e Social. Janeiro, 1993, 64 p.

_____. Indústria de Celulose e Papel. Janeiro de 1993, 7 p.

CEPEDES, Eucalipto: Uma Contradição - Impactos Ambientais, Sociais e Econômicos do Eucalipto e da Celulose no Extremo Sul da Bahia. Eunápolis-BA. 1992. 68 p.

Exploração Florestal no Brasil e no Espírito Santo. Fase - Vitória, 27 p.

FASE/IBASE. Exploração Florestal no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia: Seus Impactos e Alternativa dos atingidos. Junho, 1991, 13 p.

GISTELINCK, Frans. Carajás, Usinas e Favelas. São Luís, MA. Gráfica Minerva, 1988, 166p.

Inquérito Civil sobre Fomento Florestal. FASE-Vitória, janeiro, 1993. 28p.

KOOPMANS, José. Eucalipto - Celulose: Desenvolvimento Para Quem?. Teixeira de Freitas-BA, 31p.

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Governo Brasileiro. Abril-1991.

Perfil dos Projetos em Desenvolvimento no "Programa Pólos Florestais na Amazônia Oriental". CVRD, fevereiro, 1991. n. p.

SHIVA, Vandana e BANDYOPADYAY J. Inventário Ecológico Sobre o Cultivo do Eucalipto. Belo Horizonte. Trad. Ana Lúcia, Costa. CPT/MG. 112p.